

Unanimidade nacional

DF - Educação

ESTADO DE SÃO PAULO

25 JUL 1998

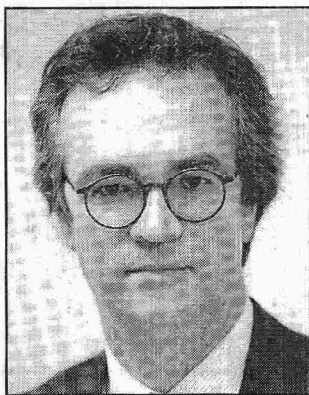
Todo mundo está falando bem dele. O presidente Fernando Henrique Cardoso não mede elogios e o Banco Mundial está avaliando quanto custaria adotá-lo em todo o País, segundo o representante do banco, Gobind Nankani. De repente, o programa bolsa-escola do governo petista de Cristovam Buarque virou uma espécie de unanimidade nacional. A idéia do programa é muito simples: se a prioridade do País é a educação e se as crianças das famílias mais pobres precisam trabalhar para ajudar os pais, então é preciso que o governo pague para que elas sejam mantidas na escola.

Essa idéia começou a fermentar na cabeça do governador do Distrito Federal quando ele ainda era reitor da Universidade de Brasília, no final da década passada. No início dos anos 90, Cristovam e o economista José Márcio Camargo, da PUC-Rio, desenvolveram as linhas gerais de um programa de renda mínima relacionado com a educação. Durante a campanha ao governo do Distrito Federal, Cristovam lançou a proposta da bolsa-escola no horário gratuito da televisão e do rádio. Venceu a eleição e, em maio de 1995, o bolsa-escola começou a funcionar. O programa já atende 44.879 crianças e beneficia 22.608 famílias, que passaram a ganhar um salário mínimo todo mês.

Para serem candidatas ao programa, as famílias precisam ter renda per capita inferior a meio salário mínimo, residir mais de cinco anos em Brasília e ter filhos na idade de 7 a 14 anos. Todos esses critérios reduzem o universo de beneficiários do bolsa-escola para cerca de 140 mil pessoas, de acordo com avaliações técnicas. Cristovam Buarque, que é economista, tem ampliado a bolsa-escola de forma gradual, talvez de olho nos recursos disponíveis. O secretário de Educação de Brasília, professor Antônio Ibañez Ruiz, diz que o custo do programa este ano será de R\$ 32 milhões ou 0,6% do Orça-

mento do Distrito Federal.

Uma avaliação feita pelos pesquisadores João Sabóia e Sônia Rocha, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no início da implantação do programa, mostrou que o grau de instrução dos pais que requerem a bolsa-escola é muito baixo – 26,4% são analfabetos e 61,9% são apenas alfabetizados. A renda familiar dos requerente também é muito baixa – 24% das famílias selecionadas possuem rendimentos até um salário mínimo, 73,9% até dois salários mínimos e 93,5% até três salários mínimos. Para os pesquisadores, esses são dados que indicam a ocorrência de distribuição de renda.



■ Ribamar Oliveira é jornalista

O programa bolsa-escola reduziu o número de crianças no mercado de trabalho

Os resultados obtidos até agora com o programa são surpreendentes. O índice de evasão escolar é de apenas 0,4%, contra 10,7% para os alunos que não são bolsistas. É evidente que há uma razão econômica para essa pequena evasão dos bolsistas, pois se o aluno deixar a escola os pais não terão mais direito ao salário mínimo. Os dados mostram também que os alunos da bolsa-escola tem melhor índice de aprovação. Entre 1995 e 1996, a taxa de aprovação dos bol-

sistas passou de 78,4% para 87,9%, enquanto entre os não-bolsistas a taxa de aprovação passou de 78,4% para 79,9%, no mesmo período.

Uma pesquisa do Serviço de Inspeção do Trabalho, da Delegacia Regional do Trabalho de Brasília, revelou outro dado importante. Em 1995, as crianças entre 10 e 14 anos de idade representavam 7,2% do mercado de trabalho do Distrito Federal. Em 1996, essa taxa baixou para 5,1%. Para o secretário Ibañez, a pesquisa mostra que o programa reduziu o trabalho infantil. Quem quiser mais informações basta procurar o livro *Bolsa-escola, melhoria educacional e redução da pobreza*, dos pesquisadores Julio Jacobo Waiselfisz, Miriam Abramovay e Carla Andrade, editado pela Unesco e pela Unicef.